

Sumário

Apresentação	7
Capítulo 1 • O cenário processual e a necessidade de proteção coletiva	19
1.1. Nota introdutória	19
1.2. O processo civil e sua dilatação funcional	20
1.2.1. Autonomia do processo, declaração e “tutela”: alterações na resolução de litígios	22
1.2.2. Além da lide bilateral: o processo e seus “novos” escopos	28
1.2.3. Sintetizando: o processo civil contemporâneo e sua complexidade funcional	33
1.3. A baliza da proporcionalidade como técnica de gestão processual	35
1.3.1. A baliza da proporcionalidade	36
1.3.2. A proporcionalidade como ferramenta de gestão processual	42
1.3.3. A proporcionalidade e a proteção coletiva	49
Capítulo 2 • Os direitos metaindividuais e sua definição	53
2.1. O direito contemporâneo e a sua base individualista	53
2.2. O reconhecimento dos interesses metaindividuais	58
2.3. O reconhecimento moderno dos direitos metaindividuais	59
2.4. Avaliação crítica da definição legal e doutrinária dos direitos difusos e coletivos	64

2.4.1. Interesses metaindividuais e direitos metaindividuais	65
2.4.2. A segmentação entre direitos difusos e coletivos	66
2.4.3. Direitos metaindividuais e novos direitos	72
Capítulo 3 • Os “direitos individuais homogêneos” e sua definição	77
3.1. O escopo da tutela coletiva de interesses individuais no ordenamento nacional	77
3.2. Definindo os direitos individuais tuteláveis coletivamente	80
3.2.1. Os direitos individuais homogêneos como categoria do direito material. A relevância social do interesse	81
3.2.2. A natureza processual dos direitos de massa	86
3.2.2.1. O critério da preponderância	87
3.2.2.2. A quantidade de sujeitos envolvidos	90
3.2.2.3. A viabilização do acesso à Justiça	91
3.2.2.4. A homogeneidade da tutela	93
3.3. O câncone da proporcionalidade como baliza para a definição	95
3.3.1. Os direitos individuais de massa e a proporcionalidade	96
3.3.2. A afinidade de questões e a proporcionalidade	103
Capítulo 4 • A racionalidade da tutela coletiva e o papel do julgador	107
4.1. Premissas interpretativas	107
4.1.1. O processo contemporâneo e as instituições processuais	107
4.1.2. O processo coletivo e a releitura do direito processual	110
4.1.3. O processo coletivo e a adequada representação de interesses	113
4.2. A decisão coletiva e sua construção	118
4.2.1. O processo coletivo e as consequências da decisão	118
4.2.2. Os processos estruturais e a recomposição da atuação do processo	122
4.2.3. Os processos estruturais e a dicotomia entre público e privado	125
4.2.4. Processo civil e impacto complexo: a moldura tradicional	130
4.2.5. Processos estruturais: a macrojustiça e a jurisdição	134
4.2.6. Os litígios complexos e os processos estruturais	137

4.2.7. Requisitos para um processo estrutural e cabimento no sistema brasileiro	143
4.2.8. Alguns exemplos de sucesso na experiência brasileira	152
4.3. O efeito dissuasório das ações coletivas no sistema brasileiro	161
4.3.1. Contextualizando o problema: o caso Google	161
4.3.2. O chamado efeito de <i>deterrence</i>	162
4.3.3. Efeito dissuasório e tutela coletiva no Brasil	167
4.3.3.1. A certeza na imposição da sanção	168
4.3.3.2. O valor da sanção aplicada	171
Capítulo 5 • Institutos comuns aos procedimentos de tutela coletiva	175
5.1. Aspecto geral: a efetividade do processo coletivo	175
5.1.1. Observações iniciais	175
5.1.2. Máxima efetividade e conformação procedural. O microsistema de tutela coletiva	182
5.2. A prescrição em matéria coletiva	188
5.2.1. Observações iniciais	189
5.2.2. A prescrição no direito brasileiro	191
5.2.3. A prescrição em relação aos direitos metaindividual	194
5.2.4. A prescrição em relação aos direitos individuais homogêneos	199
5.2.5. A prescrição intercorrente e o cumprimento da decisão coletiva	208
5.3. A relação entre demandas coletivas e demandas individuais	210
5.3.1. A suspensão das ações individuais	210
5.3.2. A suspensão da prescrição das pretensões individuais	214
5.4. Conexão, continência e litispendência	216
5.5. Representatividade adequada	220
5.5.1. O devido processo legal e o controle da representatividade adequada	221
5.5.2. A representatividade adequada no direito comparado. A origem norte-americana	228
5.5.3. A representação adequada no direito brasileiro	233
5.5.4. Elementos para o controle da representatividade adequada no direito brasileiro	235
5.5.5. A representatividade adequada e a iniciativa de particulares para a medida coletiva	243

5.5.6. A representação virtual como um possível caminho para o futuro...	246
5.6. A abertura probatória e a utilidade da prova estatística	249
5.6.1. As estatísticas podem servir de prova?	249
5.6.2. As modalidades da prova estatística	255
5.6.3. Admissão e Valoração da prova estatística	257
5.7. Coisa julgada e estabilização.....	260
5.7.1. O problema da coisa julgada coletiva	260
5.7.2. O atual regime do microssistema e a coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> nos litígios sobre direitos individuais homogêneos.....	261
5.7.3. A necessária revisão do sistema: individualismo e proporcionalidade	267
5.7.4. Coisa julgada em direitos metaindividualis	270
5.7.5. Coisa julgada <i>in utilibus</i>	276
5.7.6. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	281
5.8. A recorribilidade de decisões interlocutórias em ações coletivas.....	285
5.8.1. A origem do problema: agravo de instrumento e microssistema ...	286
5.8.2. O posicionamento do Superior Tribunal de Justiça	288
5.8.3. O regime da Ação Popular é realmente excepcional?.....	290
5.8.4. O microssistema e a máxima efetividade da tutela coletiva....	292
Capítulo 6 • A autocomposição no processo coletivo	295
6.1. Premissas gerais	295
6.2. O incentivo do sistema processual brasileiro à solução consensual dos litígios	297
6.3. A autocomposição e a efetivação consensual de decisões	303
6.4. A (in)disponibilidade dos interesses metaindividualis e individuais de massa	308
6.4.1. A disponibilidade de interesses metaindividualis	309
6.4.2. O problema dos direitos individuais de massa.....	314
6.5. A representatividade adequada e o problema do “leilão reverso”.....	316
6.6. Os riscos da solução consensual	319
6.7. A força e a oponibilidade do acordo coletivo como requisitos para sua eficácia.....	324

Capítulo 7 • A ação civil pública como instrumento de processo coletivo.....	329
7.1. A ação civil pública como ferramenta bifuncional	329
7.2. Ação civil pública ou ação coletiva?.....	332
7.3. Ação civil pública e controle constitucional	337
7.4. A Medida Provisória 2.180-35/2001	341
7.5. Legitimidade em ação civil pública	344
7.5.1. A legitimação do Ministério Pùblico.....	345
7.5.1.1. A legitimação do Ministério Pùblico e o cumprimento da decisão coletiva	355
7.5.2. A legitimação da Defensoria Pùblica.....	357
7.5.3. A legitimação da União, dos estados e dos municípios	360
7.5.4. A legitimação das associações civis	362
7.5.5. As associações, a necessidade de autorização para ingresso em juízo e a Lei 9.494/97	368
7.6. Competência em ação civil pública	373
7.6.1. O problema antes posto pelo art. 16 da Lei da Ação Civil Pùblica ...	378
7.6.2. O equívoco da interpretação literal do art. 16 da LACP	380
7.6.3. A inconstitucionalidade do preceito e o atual sistema legislativo	387
7.7. O procedimento da ação civil pública – Aspectos gerais	393
7.7.1. Petição inicial	394
7.7.2. Defesa em ação civil pública	398
7.7.3. Sentença coletiva e sistema recursal	401
7.7.4. A efetivação das decisões tomadas em ações civis pùblicas ...	404
7.7.5. O Fundo de Defesa de Direitos Difusos e o <i>fluid recovery</i> “à brasileira”	411
7.7.6. As entidades de infraestrutura específica como uma possível resposta	415
Capítulo 8 • A Ação Popular como instrumento de processo coletivo.....	419
8.1. A Ação Popular e a tutela de direitos coletivos	419
8.2. Ação Popular: origens e objeto	420
8.3. Pedido em Ação Popular	423
8.4. Legitimidade ativa em Ação Popular.....	426

8.5. Legitimidade passiva em Ação Popular	429
8.6. Aspectos procedimentais	431
8.7. Sentença em Ação Popular	436
8.8. Execução e coisa julgada	438
Capítulo 9 • O mandado de segurança como instrumento de processo coletivo ...	441
9.1. O mandado de segurança: aproximações iniciais	441
9.2. O mandado de segurança coletivo como ação coletiva	443
9.2.1. Do mandado de segurança ao mandado de segurança coletivo	443
9.2.2. O cânone da máxima efetividade	445
9.2.3. O tratamento infraconstitucional do mandado de segurança coletivo	446
9.3. Elementos procedimentais do mandado de segurança coletivo	448
9.3.1. Aspectos gerais	448
9.3.2. A legitimidade ativa do Ministério Público	454
9.3.3. O objeto do mandado de segurança coletivo: direitos difusos?	457
9.3.4. Coisa julgada e litispendência em mandado de segurança coletivo	459
Capítulo 10 • Incidente de resolução de demandas repetitivas	461
10.1. Aspectos gerais	461
10.2. Breves notas de direito comparado	464
10.3. Regime procedural	470
10.4. A força vinculante da decisão do incidente. Precedente?	473
10.5. Incidente de Resolução de Demandas: análise crítica	477
Capítulo 11 • Concertação de atos como técnica de coletivização.....	481
11.1. Nota geral: a concertação de atos no Código de Processo Civil de 2015	481
11.2. A concertação de atos como possível via de coletivização: o exemplo da <i>multidistrict litigation</i>	484
11.3. O <i>multidistrict litigation</i> é uma alternativa adequada às ações de classe?	489

11.4. A concertação de atos probatórios e a tutela coletiva na realidade brasileira	494
11.5. Além da produção probatória: a concertação de atos para o acertamento de questões	496
11.6. O caso específico da execução coletiva	498
Capítulo 12 • As ações coletivas passivas.....	501
12.1. Ações coletivas passivas: aspectos gerais.....	501
12.2. As modalidades de ação coletiva passiva	508
12.3. As ações coletivas passivas no cenário brasileiro.....	511
Referências bibliográficas	519